

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre

(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8	72
ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO	
<i>Alane Maria da Silva</i>	
<i>Marilene Bizerra da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922018	
CAPÍTULO 9	83
CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
<i>Renner Coelho Messias Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922019	
CAPÍTULO 10	94
CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL	
<i>Welington Júnior Jorge</i>	
<i>Izaque Pereira de Souza</i>	
<i>Aline Evelin Fabrício Macedo</i>	
<i>Ana Paula de Souza Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220110	
CAPÍTULO 11	105
DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS	
<i>Francisco Mesquita de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220111	
CAPÍTULO 12	117
GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA	
<i>Daniel Neto Francisco</i>	
<i>Carlos Alberto Sarmento do Nascimento</i>	
<i>Lucimar Ferraz de Andrade Macedo</i>	
<i>Lamounier Erthal Villela</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220112	
CAPÍTULO 13	130
JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLITICAS PUBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?	
<i>Evânia Maria Oliveira Severiano</i>	
<i>Maria Luiza Fernandes Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220113	
CAPÍTULO 14	141
LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
<i>Fabrício Brito do Amaral</i>	
<i>Maria Fernanda Brito do Amara</i>	
<i>Deusiney Robson de Araujo Farias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220114	

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i> <i>Odemir Vieira Baeta</i> <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i> <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i> <i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i> <i>Rosimeri Salotto Rocha</i> <i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE

Thaynah Barros de Araújo

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza – Ceará

Bárbara Braz Moreira

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza – Ceará

RESUMO: O presente artigo se constitui em uma análise do Estado brasileiro inscrito na civilização do capital. Seu objetivo é discutir esse Estado durante o período neodesenvolvimentista, nos governos Lula e Dilma, e os tempos de radicalização do modelo ajustador, no governo Temer. No seu desenvolvimento são elencados elementos importantes acerca do cenário político, econômico e social do Brasil. No que se refere à metodologia, é uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental que se valida da literatura crítica, sobretudo, brasileira. Como resultados desse estudo, apreendemos que se vivenciam tempos de retrocesso e de fragilidade na perspectiva de direitos e garantias sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Estado brasileiro. Neodesenvolvimentismo. Modelo de ajuste.

ABSTRACT: The present article constitutes an analysis of the Brazilian State inscribed in the civilization of capital. Its objective is to discuss this state during the neodevelopmental period,

in the Lula and Dilma governments, and the times of radicalization of the adjustment model in the Temer government. In its development important elements are listed about the political, economic and social scenario of Brazil. As far as the methodology is concerned, it is a bibliographical and documentary research that validates the critical literature, especially, Brazilian. As a result of this study, we learn that we experience times of regression and fragility in the perspective of social rights and guarantees.

KEYWORDS: Brazilian state. Neodesenvolvimentismo. Adjustment model.

1 | INTRODUÇÃO

A análise ora exposta elenca importantes traços do Estado, da economia, da política e da sociedade brasileira, por meio de um resgate de distintos períodos que constroem a nossa história. Irei me deter no itinerário temporal que vai da “Revolução” de 1930 aos dias atuais, a fim de desvelar o enigma Brasil.

Para esse estudo, tracei como marco histórico o período que se inicia em 1930, no governo Getúlio Vargas, momento em que há um “deslocamento do centro dinâmico da economia”, conforme avalia Celso Furtado (2000). Este tempo inaugura a política do

desenvolvimentismo em nosso país, tendo como características emblemáticas a industrialização, a política de substituição de importações, o intervencionismo estatal e o nacionalismo. Tal modelo perdura por quase cinco décadas, findando-se por volta de 1979. Essa forma de regulação estatal se retroalimenta e se reatualiza no neodesenvolvimentismo, nos anos 2000, nos governos de Lula e de Dilma, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Apartir do exposto, construí um horizonte teórico que me faz reiterar o pensamento da economista Leda Paulani (2012) quando afirma que o Estado brasileiro sempre teve um papel definido

O Estado sempre funcionou no Brasil como a locomotiva do processo de acumulação. No momento final da etapa desenvolvimentista, conduzido pelos militares, essa função do Estado brasileiro tinha tomado a forma de um vigoroso e bem estruturado setor produtivo estatal (SPE). Quando o Estado sai dessa cena, por força dos imperativos neoliberais, a acumulação produtiva estanca e depois regride. Ela só é retomada em meados dos anos 2000 com os investimentos estatais (PAULANI, 2012, p.98).

Nesta discussão conceitual, parto do pressuposto de que o Estado moderno é inaugurado no Brasil, a partir de 1930, por se tratar de um momento em que o capitalismo se estrutura no âmbito nacional e que o capital se torna dominante, considerando que o Estado moderno está inscrito na civilização do capital. Reitero a análise de que o capitalismo se estabelece em nosso país, após a crise de 1929, caracterizada pela superprodução, período em que os países do centro buscavam mercados para absorver seus produtos.

Faz-se necessário atentar para o fato de que as crises no capitalismo são estruturais, constituem-se como eventos cíclicos, revelando o seu caráter contraditório e instável, e que os Estados buscam, incessantemente, encontrar formas de superá-las garantindo a retomada dos lucros. Ressalto que o capitalismo além de ser um modo de produção, torna-se um padrão civilizatório.

É importante destacar que o que caracteriza o Estado brasileiro desde os primórdios, é o fato deste sempre ter sido dominado por interesses privados, sendo esse o fundamento do Estado capitalista, assinalando o privatismo, o qual está presente na nossa história na perpetuação do patrimonialismo, expresso em práticas clientelistas, nepotistas e corruptas que perduram em cada gestão.

Na Ditadura Militar; período em que a América Latina foi assolada por atos institucionais que inviabilizavam os direitos fundamentais em nome da defesa nacional contra o comunismo; o Brasil conclui seu parque industrial. Este momento foi permeado por forte intervencionismo estatal.

O “milagre brasileiro” revelava índices de crescimento econômico. Em contrapartida, a fatura deste “milagre” chegou, com um elevado endividamento externo, ampliando nossa situação de dependência econômica em relação aos países do centro, como os Estados Unidos. Coutinho (1994) afirma que no período ditatorial

brasileiro, a sociedade civil promoveu um processo de abertura “a partir de baixo”, dos setores populares.

Após intensas lutas protagonizadas pela sociedade civil, reivindicando o fim deste regime, foi promulgada, no Congresso Nacional, a Constituição Federal de 1988, popularmente conhecida como Constituição Cidadã, a qual traz em sua legislação a garantia do Estado Democrático de Direito, sinalizando uma nova era de direitos civis, políticos, sociais, que passaram a contemplar segmentos historicamente excluídos.

Ressalto que a luta pela universalização de direitos remonta ao fim da Segunda Guerra Mundial (1945); acontecimento vivido sob a égide de governos totalitários como o Nazismo e o Fascismo; ocasião em que se viveu a promessa da ampliação dos direitos sociais com o Estado de bem-estar social, que é um modelo de organização político-econômico no qual o Estado assume a direção da economia e da promoção social. Tal modelo não se efetivou no Brasil, uma vez que, apesar dos direitos consagrados na Constituição de 1988, estes não se materializam integralmente.

A partir desta análise inicial, após fundamentar a inscrição do Brasil na civilização do capital, nos tópicos que seguem, irei me debruçar na discussão acerca das configurações neoliberais, neodesenvolvimentistas e de ajuste do Estado brasileiro.

Diante do exposto, destaco que o presente artigo tem como objetivo principal discutir o Estado brasileiro nos modelos neodesenvolvimentista e de ajuste, problematizando o cenário político-econômico no pós-golpe 2016 e seus rebatimentos na espoliação de direitos sociais. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental que se valida da literatura crítica, sobretudo, brasileira.

2 | DA INSERÇÃO NEOLIBERAL AO NEODESENVOLVIMENTISMO

Em linhas atrás, discorri acerca do Estado brasileiro na civilização do capital. Sobre isso, é conveniente considerar as análises de Carvalho (2016), que revelam que os últimos 26 anos pressupõem um Estado ajustador que ajusta e se ajusta aos ditames do capital, aos padrões de acumulação, frente ao receituário neoliberal. Ao longo das discussões travadas pela referida autora, são elencados elementos relevantes sobre o Estado brasileiro contemporâneo, tomando como base a contemporaneidade, a partir do final da década de 1970, na qual se consolidam dois projetos em disputa: o do capital, permeado por interesses de setores conservadores, e o dos trabalhadores, assumido por setores progressistas.

Partindo do contexto da Nova República, resgato o período governado por Collor de Melo (1990-1992), que fez ajustes dos gastos seguindo as determinações do Consenso de Washington, marcado pelo desmonte da industrialização do Brasil, pela abertura ao capital estrangeiro, pautado pelo modelo neoliberal que se intensifica no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), adotando privatizações em massa,

dentre elas, a dos bancos estaduais, que passaram a ser vinculados ao capital internacional.

Atribui-se a FHC o sucesso do Plano Real, mas também o agravamento da crise financeira que dava indícios de não se esgotar com as medidas neoliberais. Segundo Gonçalves (2013), o modelo liberal-periférico se inicia neste governo e perpassa o governo Lula da Silva. Esse é o modelo ajustador que permanece em crise nos dias atuais.

Coutinho (2008), ao analisar os diferentes sistemas político-econômicos, recorda-nos que nos Estados liberal-democráticos há uma dominação burguesa com hegemonia, o que implica concessões às classes dominadas, feitas pela classe dominante. No caminho inverso, há a hegemonia às avessas, compreendida como o consentimento dos setores do capital em serem politicamente conduzidos por representantes políticos dos dominados (CARVALHO, GUERRA, 2015). Pode-se dizer que a hegemonia às avessas é escassa na história e na condução política brasileira.

O que caracteriza com mais veemência a trajetória desta nação é o Dualismo de poder; composto por um lado pelo poder (burguesia) e, por outro, pelo contra-poder (operários); no qual há uma atualização do antigo e do atual antagonismo de classes expresso pelo Estado (COUTINHO, 1994). O pacto de classes, a partir da dualidade de poderes, acontece no Estado de bem-estar social e se faz presente também nos governos do Partido dos Trabalhadores.

Carlos Nelson Coutinho, na obra *Contra a Corrente*, problematiza essa dualidade, em que aborda o risco da redução da disputa política, no Brasil, ao bipartidarismo PT x PSDB, os quais perpetuariam a mesma condução econômica e social e as mesmas formas de governar marcadas por corrupções sistêmicas. Discorre sobre este dualismo, o sociólogo Francisco de Oliveira (2003), em *Crítica à Razão Dualista/ O ornitorrinco*. Nesta obra, utiliza-se a metáfora do ornitorrinco para compreender o Brasil como algo disforme.

Percebo na cena política que - em nome da governabilidade, a fim de não fragilizar o governo - tudo é permitido para se manter no poder. Desse modo, o PT demonstrou afirmar o jogo de aliança política, por meio do “presidencialismo de coalizão”, expressão cunhada pelo cientista político Sérgio Abranches em 1988, que expressa a forma de governar pautada pela tentativa de costurar, “conquistar” uma base aliada composta por forças políticas diversas, difusa do ponto de vista ideológico.

Nesta perspectiva, há uma busca de conciliação de interesses inconciliáveis e uma tentativa de atender às demandas das classes mais ricas, dando concessões às classes subalternas, porém, arrefecendo os movimentos sociais. Assim, o partido político supracitado, que declarava estar ao lado do povo, das causas sociais, entrou na política de negócios e se institucionalizou, tornando-se, por assim dizer, mais um aparato da burguesia.

É necessário, nesta dinâmica, compreender o tempo presente, sendo oportuno se remeter ao pensamento de Bauman (2001), que defende estar se vivenciando o

tempo do descartável, do fugaz, da fluidez das relações sociais, econômicas, culturais, políticas. Esta tendência se expressa, inclusive, nos produtos que adquirimos, os quais tem um tempo útil reduzido, propositalmente programado, através da obsolescência programada.

Vivencia-se nos dias atuais relações que fomentam o consumo demasiado. Discorrendo sobre o consumismo, característico da sociabilidade contemporânea, o autor citado acima faz uma reflexão interessante

Numa sociedade sinóptica de viciados em comprar/assistir, os pobres não podem desviar os olhos; não há mais para onde olhar. Quanto maior a liberdade na tela e quanto mais sedutoras as tentações que emanam das vitrines, e mais profundo o sentido da realidade empobrecida, tanto mais irresistível se torna o desejo de experimentar, ainda que por um momento fugaz, o êxtase da escolha. Quanto mais escolha parecem ter os ricos, tanto mais a vida sem escolha parece insuportável para nós (BAUMAN, 2001, p. 104).

Não me aprofundarei na análise da sociedade do consumo, nem na desigualdade de acesso a este, no presente artigo, por não ser seu objetivo. Porém, considero necessário problematizar, no cenário nacional, as políticas de distribuição de renda, bem como os mecanismos de enfrentamento à pobreza, que viabilizam o acesso ao consumo de milhares de brasileiros que vivem na pobreza e na extrema pobreza.

Diante disso, trago à tona a discussão acerca da refilantropização de diversos programas adotados pelos governos petistas, embora envoltos pelo discurso da cidadania. Seria pretencioso afirmar, a partir deste ponto de vista, que vivenciamos uma cidadania às avessas? Nesta perspectiva que aponto, a cidadania estaria reduzida ao poder de compra do cidadão consumidor, esvaziando o sentido real do ser cidadão.

Tais governos foram marcados pela adesão de um modelo de crescimento com inclusão, de modo que a inserção das camadas empobrecidas, do ponto de vista econômico, deu-se por meio do consumo, pontualmente, seletivamente. Assim, os pobres, tornaram-se “cidadãos consumidores”.

A via para a cidadania, nos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, é atrelada ao consumo, porém, pode-se indagar acerca da cidadania a partir da dimensão afirmativa de direitos. É emblemática a existência de uma notável concessão de direitos nestes governos, a partir de iniciativas implantadas. Como programa de grande impacto, tem-se o Bolsa Família que, entre outros fatores, viabiliza o acesso de milhares de brasileiros ao direito à alimentação e a bens e serviços básicos. Fundamentada na literatura crítica, este panorama me leva a concluir que tais governos promoveram um distributismo sem reformas.

Nessa conjuntura, Frei Betto (2016) reitera que os 13 anos dos governos do PT foram benéficos para milhões de brasileiros contemplados por programas sociais, como Minha casa, Minha vida, Luz para todos, Mais médicos, Fies e ProUni. Não obstante, o referido faz críticas a essas gestões, por terem trocado um projeto de

Brasil por um projeto de poder, afirmando que “fomos contaminados pela direita”, de modo que “fizemos do poder um trampolim para a ascensão social”.

Dialogando com Coutinho (2008), este afirma que os governos petistas reforçam a hegemonia neoliberal, a partir da sua política macroeconômica, de cooptação ou neutralização dos movimentos sociais, desarmando as resistências ao modelo liberalcorporativo, reafirmando a trajetória da dominação imposta pelo alto, por meio da dominância das elites, característica de uma revolução passiva.

Ressalto que, nos últimos 14 anos, a sociedade brasileira demonstra viver um consenso passivo que se manifesta pela ausência da participação ativa das massas, através dos partidos políticos, dos movimentos sociais (dentre os quais muitos membros se partidaram) e das demais formas de organização da sociedade civil.

Nesta análise, é imprescindível ainda abordar alguns elementos acerca da economia brasileira nos governos petistas. À luz das análises de Paulani (2012), destaco que a principal marca desta economia, nos dias atuais, é a de uma potência financeira emergente. O Brasil tornou-se um agente ativo da financeirização, sendo o Estado o financiador do rentismo. Há, portanto, a predominância do capitalismo financeirizado-rentista-extrativista. Porém, esse modelo está em crise, de modo que, percebe-se sua substituição por meio da dominância do agronegócio.

A referida autora afirma que o que vem dinamizando tal economia é o consumo (propiciado pela melhora distributiva e pela extensão do crédito às classes populares) e a demanda externa centrada em commodities, entre elas, a soja. Neste cenário, os anos 2000 foram marcados pelo processo de desindustrialização e reprimarização da pauta de exportações do país.

Nesse período, presencia-se uma série de investimentos estatais, já citados em linhas atrás, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Minha Casa, Minha Vida, entre outros, que dinamizaram a economia, validando a afirmação de que, no Brasil, o Estado sempre teve um papel de locomotiva da acumulação do capital. Considerando o lapso temporal entre 2008 e 2009, tem-se que, como pondera Paulani (2012, p. 100), “Direta ou indiretamente, ao menos 60 milhões de pessoas das classes mais baixas de renda foram beneficiadas por um crescimento real de seus rendimentos da ordem de 50%”.

Concluo este tópico partindo do pressuposto de que a nova ordem do capital é financeirizada, rentista, cuja base se constitui na Revolução técnico-científica, com o avanço da robótica, da informática, que propiciam o desenvolvimento do capitalismo mundializado com dominância financeira e desterritorialização do processo produtivo.

2.1 O modelo de ajuste na conjuntura atual: rebatimentos na precarização do trabalho e na espoliação dos direitos sociais

Prosseguindo na análise da condução político-econômica-social brasileira, considero relevante discorrer sobre o ponto de inflexão que caracteriza o governo Temer, o qual chega ao poder por meio de uma crise política que propiciou o golpe que

destituiu Dilma Rousseff da Presidência da República.

Tal golpe se institucionaliza e segue com ameaça de direitos, conquistados a duras penas, na justificativa de equilibrar as dívidas dos entes federativos. É interessante atentar para o fato de que, historicamente, os governantes brasileiros empreendem maior esforço no pagamento da dívida pública e na busca pelo equilíbrio fiscal, em detrimento do atendimento às necessidades da população brasileira.

Michel Temer dá claros indícios de ser ultraneoliberal, acompanhado por um parlamento extremamente reacionário, segue na espoliação de direitos e no acirramento das desigualdades sociais. Este reforça a subordinação aos ditames do capital internacional, como, por exemplo, por meio da aprovação do projeto de lei que viabiliza a exploração do pré sal por empresas estrangeiras, extinguindo a exclusividade da Petrobras, mantendo distante a concretização do sonho do povo brasileiro de se tornar desenvolvido e independente das determinações dos países do centro.

Ao assistir as negociatas da atual gestão Temer e suas medidas de ajuste, percebo que a civilização do capital se reinventa com novas formas de acumulação e valorização, e que a resistência do povo ao que está posto, torna-se urgente.

Compreendo que o governo supracitado intensifica o desmonte da legislação social do trabalho, isso se caracteriza notadamente na Reforma Trabalhista de sua pauta. Sendo imprescindível se atentar para as configurações atuais do mundo do trabalho - no contexto de financeirização do capital, de reestruturação produtiva e de redefinição dos papéis do Estado - marcadas pelo desmonte dos direitos trabalhistas, potencializado pelas determinações neoliberais que incentivam as privatizações, o aprofundamento das desigualdades sociais, o desemprego em massa, as relações informais e desregulamentadas de trabalho. Essa percepção é essencial para se construir bases contra hegemônicas para a classe trabalhadora.

Ao analisar a categoria trabalho, é relevante resgatar a perspectiva histórico-crítica, compreendendo que o ser humano se distingue dos outros seres pelo trabalho e mais ainda, pela capacidade consciente de realizar trabalho, por meio de uma ação previamente pensada, orientada para um fim.

As análises críticas revelam que, na sociedade capitalista, o trabalho se transforma em uma prática assalariada, 'fetichizada' e alienante, substitui-se a finalidade de construção do ser social para uma atividade de subsistência. A força de trabalho e seu produto se tornam mercadorias. Esta sociabilidade reproduz o trabalho alienado em que o homem não se reconhece naquilo que produz, havendo um estranhamento, portanto, ele se desumaniza e se degrada no trabalho. (MARX, 2001). Nesta sociabilidade, "[...] no plano da consciência social contingente, a 'geração precária' possui uma consciência liberal, tendo em vista que são plenamente 'sujeitos monetários'" (ALVES, 2013, p. 203).

Considerando esse cenário que reproduz insegurança e instabilidade ao trabalhador, evidencia-se a natureza contraditória da estrutura capitalista que, não

obstante a promessa de inserção pela via do trabalho, ajusta a legislação e os direitos trabalhistas à lógica flexibilizada do mercado. Nesse sentido,

[...] A flexibilização pode ser entendida pela liberdade da empresa para demitir uma parcela de seus empregados sem penalidades quando a produção e a venda diminuem; liberdade para a empresa, quando a produção assim o requer, de reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas, repentinamente sem aviso prévio [...] Impossibilidade de contratar trabalhadores em regime temporário, de fazer contratos por tempo parcial e outras formas de trabalho atípico (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 197).

Desse modo, reproduz-se uma classe descartável ao mundo do trabalho que reduz os indivíduos ao mero desempenho produtivista. Ao tratar da ilusória promessa de inserção profissional pela via do produtivismo, há uma contraditória relação

[...] a alta escolarização não garante realização profissional. Pelo contrário, a escolarização se confunde com a própria desqualificação social. O titulado escolar tornou-se apenas uma peça substituível na engrenagem do capital. Na medida em que, cada vez mais, jovens de alta escolarização passam a compor a superpopulação relativa a serviço da produção do capital, aumenta a concorrência no seio da classe trabalhadora, com a maioria dos jovens titulados inserindo-se em relações de trabalho precário, não conseguindo realizar, deste modo, aquilo que lhe prometeram ao dedicar-se, de corpo e alma, aos estudos escolares: o sucesso profissional com um bom emprego capaz de lhes garantir carreira, consumo e família (ALVES, 2013, p.3).

Nesse contexto, Linhares (2014) afirma que o trabalhador imprime aspectos culturais de percepção das relações que se dão no mundo do trabalho, por vezes, permeado por uma compreensão minimalista, parcial, de modo que a autora destaca problemáticas vivenciadas por um público ainda mais vulnerável: os trabalhadores jovens.

Tomando como ponto de partida essa conjuntura, Ruy Braga (2012, p.17) destaca ainda a redução salarial como constitutiva da precarização do trabalho, “[...] entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial”. Sobre isso, Alves (2013) amplia a análise e reverbera que há uma “[...] nova forma de precarização do trabalho, que perpassa a experiência vivida de trabalhadores e trabalhadoras na sua vida cotidiana e que diz respeito à estrutura da própria práxis humana” (ALVES, 2013, p.10).

Prosseguindo nesta abordagem, é importante embasar, para além da discussão do mundo do trabalho na contemporaneidade, a espoliação dos demais direitos sociais, compreendendo o papel do Estado ajustador que vem se minimalizando na proteção social (CARVALHO; GUERRA, 2015).

Nesse sentido, vivencia-se a desestruturação das políticas públicas, por conseguinte, o tensionamento da seguridade social no Brasil, que ora atende aos interesses sociais, ora segue as determinações do capital. Nesse cenário, permeado

pelo ideário neoliberal, o Estado mínimo do ponto de vista social pode viabilizar o Estado máximo para o capital.

Percebo que, na atual conjuntura, o Estado vem reduzindo ações e investimentos no âmbito da proteção social, mas, mantém-se atuante na busca de seus interesses. A intervenção estatal na sociedade brasileira sempre teve um papel fundamental, de modo que, nos dias atuais, presencia-se o paradoxo do “regresso sem partida”, na defesa de retorno da intervenção do Estado no centro da cena pública, sendo que esta sempre permaneceu regulando as relações, conforme propõe Carvalho (2010).

Intensificam-se a privatização e a desnacionalização, o desmonte dos direitos, o atentado contra a liberdade de expressão, refletido, por exemplo, no Projeto Escola sem partido, que visa silenciar os professores quanto a posicionamentos políticos. Presencia-se uma restauração conservadora, em meio a uma sociedade, extremamente punitiva, repressiva, violenta e conservadora. Ademais, evidencio na contemporaneidade um Estado de exceção, o qual se opõe ao Estado de direito para jovens, pobres, negros, moradores de periferias, encarcerados, entre outros segmentos empobrecidos e marginalizados.

Pontuo, por oportuno, na gestão Temer, a Medida Provisória 762/2016, por meio da qual foram extintas diversas Secretarias Especiais, como a de igualdade racial e a das mulheres. O presidente pôs fim ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que defendia os interesses dos pequenos proprietários, dando margem à expansão do agronegócio, como também extinguiu o Ministério da Cultura, comprometendo as pautas da diversidade cultural.

Fica nítida a imposição de uma agenda antidireitos, ultraneoliberal e conservadora, por meio do programa “uma ponte para o futuro”, que como bem afirma Carvalho (2016) mais se afirma como “uma ponte para o capital”.

As ponderações da autora supracitada sobre este governo me levam a perceber se tratar de um momento de retrocesso, e que o bloco no poder empreende traços de uma restauração conservadora, caracterizada pela afirmação do neoconservadorismo, da negação das pautas coletivas de lutas, do desmonte das políticas públicas e dos direitos sociais, a partir de três frentes articuladas: o aprofundamento da privatização, a destituição de direitos e o atentado contra a liberdade de expressão.

O pensar crítico me faz apreender que, conforme Behring (2003), vivenciamos uma contra-reforma, em que há contínua desconstrução dos direitos sociais, duramente conquistados. Impõe-se, pois, a necessidade de novas formas de resistências e lutas em defesa das garantias civilizatórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta análise, apreendi que o Estado brasileiro é marcado por contradições, desigualdades e interesses, que o privatismo e o patrimonialismo se reatualizam

na esfera política do Brasil, caracterizando uma modernização conservadora que conserva traços arcaicos travestidos de modernidade.

A partir do itinerário percorrido, compreendi o modelo neodesenvolvimentista, característico dos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, bem como analisei a radicalização do modelo de ajuste adotado no governo de Michel Temer.

A literatura crítica contribuiu para a minha percepção do avanço e do impacto social e econômico de programas e ações de cunho desenvolvimentista implantados nos governos petistas, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Não obstante, observei que a inclusão de segmentos empobrecidos, em tais gestões, deu-se pela via do consumo e não de forma ampliada e emancipatória.

Identifiquei elementos importantes acerca do golpe de 2016 e algumas medidas de austeridade implantadas na atual gestão do Governo Federal, na justificativa de controle dos gastos públicos em tempos de crise política, social e fiscal.

A partir desse estudo, observei que, sob a égide do neoliberalismo, vem se acirrando o debate acerca do acesso ao trabalho (formal e informal), diante da espoliação de políticas públicas de caráter social. Desse modo, conclui que o não acesso ao trabalho, os vínculos empregatícios precarizados e o trabalho informal são expressões de um Estado que desregulamenta direitos e garantias constitucionais.

Por fim, concluo que se vivencia tempos de fragilidade, de insegurança e de retrocesso do ponto de vista social, econômico e político, e que é urgente se construir formas de organização e resistência dos trabalhadores, dos movimentos sociais, das instituições, dos estudantes, dos sindicatos, dos partidos políticos, dos diversos coletivos, em defesa da cidadania, das políticas públicas, do Estado democrático de direito.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988, p. 5 a 34.

ALVES, Giovanni. **O enigma do precariado e a nova temporalidade histórico do capital**. 2013. Disponível em: <<http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/14/o-enigma-do-precariado>>. Acesso em: 29 out. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BETTO, Frei [Carlos Alberto Libânio Christo]. “**Nós erramos**”. Coluna Hoje em Dia. 2016. Disponível em: <<http://pt-ribeirao.org.br/artigos/Frei-Betto/frei-betto-nos-erramos>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

BRAGA, Ruy. **A política do proletariado – do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Análise de conjuntura: o que está acontecendo na sociedade brasileira?** Fortaleza. Texto apresentado à Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado Do Ceará – FETAMCE. Fortaleza, 2016.

_____. Políticas Públicas e o Dilema de Enfrentamento das Desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no Século XXI. In: **Poder e Políticas Públicas na América Latina**. Fernando José Pires de Sousa (organizador) Fortaleza: Edições UFC, 2010.

_____. O Brasil no Século XXI Nos Circuitos Da Crise Do Capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís: EDUFMA, v. 19, n. 1, janeiro-junho de 2015, p. 41-60.

CARVALHO, Laura. **Quem não cabe no orçamento público do Brasil**. 2016. Disponível em: < <http://celsovicenzi.com.br/2016/06/quem-nao-cabe-no-orcamento-do-brasil-por-lauracarvalho-outras-palavras/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2ª ed. rev. e atual – São Paulo: Cortez. 2008.

_____. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

FURTADO, Celso Monteiro. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Publifolha, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às Avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC Editora. 2013.

LINHARES, Maria Isabel Silva Bezerra. Aprendendo a ser trabalhador: na cadência do primeiro passo. **Revista Contraponto** | vol. 1 n. 1 | jan./jul. 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Texto integral. Tradução de Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MONTAÑO, Carlos Eduardo; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista o Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

PAULANI, Leda Maria. **A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da História**. Boletim de Economia e Política Internacional, Brasília, DF, n. 10, abr./ jun. 2012.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

